



REFLEXÕES SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

AUDIOVISUAL NO BRASIL: ENTRE O DESEJO E A AÇÃO.

Iara Sydenstricker¹

Resumo

O trabalho discute a idéia da regionalização da produção audiovisual no país, tantas vezes alardeada, mas ainda pouco debatida. Recortando o conceito de regionalização da produção audiovisual no âmbito da territorialidade e da divisão político-administrativa do País, o artigo aponta para os Estados da Federação como unidades primeiras para a implantação de políticas regionais de produção audiovisual e destaca algumas ações de ordem prática que poderão contribuir para uma efetiva e democrática descentralização dessa produção. Finalmente, o trabalho ressalta a importância do mercado audiovisual como profícuo campo para a capacitação e absorção de mão-de-obra - inclusive de jovens -, a valorização da cultura e o crescimento econômico dos estados brasileiros.

Palavras-chave: Audiovisual; Mercado; Descentralização.

Regionalização: afinal, o que significa isso?

A chamada regionalização da produção audiovisual tem sido uma das principais reivindicações de setores interessados em democratizar o mercado audiovisual no país, muito embora a própria idéia de regional não forme um consenso, assumindo denotações diversas, tão flutuantes quanto os interesses e as marés políticas da radiodifusão. Uma freqüente indistinção assemelha a produção regional à produção independente, o que parece ser um equívoco. Até mesmo grandes empresas de produção audiovisual defendem a produção independente tendo em vista o fato desta ajustar-se, e bem, à (pós) moderna produção flexibilizada, capaz de desembaraçá-las de ônus trabalhistas e das onerosas aquisições e manutenção de equipamentos e serviços (como estúdios, cidades cenográficas, ilhas de edição, capacitação e contratação de profissionais, dentre outros). Verifica-se, ainda, que as maiores produtoras independentes localizam-se em São Paulo, no Rio de Janeiro e, em menor número, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Encontram-se, portanto, centralizadas em relação ao restante do País. Por outro lado, poder-se-ia, por exemplo, pensar numa televisão baiana ou amazonense totalmente programada com conteúdos fornecidos por produtoras independentes cariocas, paulistas ou gaúchas que jamais absorveriam ou

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC) da Escola de Teatro da UFBA. Coordenadora do Curso de Especialização "Roteiros e programas audiovisuais", das Faculdades Jorge Amado. Email: iarasyd@atarde.com.br

capacitariam profissionais moradores da Bahia ou do Amazonas, a não ser quando extremamente necessário e, mesmo assim, em escala reduzida. Portanto, muito embora contribuía para uma maior democratização do mercado audiovisual e para a experimentação de novos formatos e linguagens, a produção independente não é sinônimo de produção descentralizada e/ou regional, ainda que possam se complementar.

De acordo com Simões (2004), um dos conceitos de regionalização finca-se no chamado programa de conteúdo regional, de cunho “antropológico” ou exótico, porém muitas vezes realizado por equipes provenientes das matrizes das empresas de produção e de acordo com seus ditames, acrescentando, ao fim e ao cabo, muito pouco para o alargamento de mercados audiovisuais regionais, senão, no limite, a mera ascensão de um ou outro artista “descoberto” em alguma idiossincrática seara brasileira. Ainda segundo Simões (2007), a idéia de regionalização também se confunde com a de redes regionais de televisão, geralmente nomeadas “TVs regionais” por reportarem-se a “cabeças-de-rede”. É o caso da TV Globo, cuja posição pró-regionalização mostra-se bastante difusa e vacilante. Permitida desde que calcada em critérios de qualidade estipulados pela matriz, na prática a TV Globo tem oferecido margem mínima para a produção local, já que variáveis como “vocaçãõ” ou “conteúdos proselitistas” são determinantes para que seja ou não permitida a produção e a exibição de conteúdos por parte de suas empresas afiliadas. Da mesma forma, em relação à publicidade a regionalização da produção audiovisual não parece interessar às “cabeças-de-rede”, uma vez que vendas centralizadas com veiculação em todo o território nacional implicam em lucro muitas vezes superior ao de vendas locais. Com relação às demais emissoras comerciais, praticamente não se preocupam com a produção regional, sendo comum a irregular sublocação de seus horários de grade para a exibição de programas de divulgação de pequenas empresas ou empresários, evangelização, popularescos ou meramente destinados a vendas (os chamados 0800), dentre outros que pouco somam para o desenvolvimento de mercados locais de produção audiovisual. Contudo, não apenas as emissoras comerciais mantêm rédeas curtas quanto à realização regional. Também a Rede Pública de Televisão² reserva pequeníssimo espaço para programas

² A Rede Pública de Televisão congrega a Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (ABEPEC), que hoje conta com 19 emissoras distribuídas em 19 estados do país; os canais comunitários (em 2005 somavam cerca de 25 canais), ligados à Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM); as emissoras legislativas pertencentes à Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL), representada por canais das Assembléias Legislativas (emissoras estaduais), Câmara Federal e Senado Federal (emissoras de âmbito nacional); e as cerca de 40 televisões

realizados no Norte, no Nordeste ou no Centro-Oeste do país, estimulando, ao contrário, a veiculação nacional de atrações produzidas em São Paulo (sede da TV Cultura) ou no Rio de Janeiro (sede da TVE Brasil) ou importadas de outros países, como a maior parte dos programas infanto-juvenis. Diante desse desestímulo, acrescido a (des)interesses políticos nos estados que administram Televisões Educativas e Culturais, pode-se compreender a crescente defasagem da capacidade de produção entre as duas “matrizes” alimentadoras da Rede Pública (TV Cultura e TVE Brasil) e as demais emissoras que a compõem. Mesmo agora, com a implantação da TV Brasil³, e ainda que se levem em conta anúncios feitos acerca da abertura de editais públicos para seleção de sua programação, inclusive com reserva de cotas para programas regionais, as decisões relativas à nova rede nacional permanecerão centralizadas em Brasília (sede administrativa) e no Rio de Janeiro (central de produção).

Simões conclui sua análise afirmando serem relativos os conceitos de regional e global e que, por isso mesmo, deve-se tomar como base o lugar onde se dão respectiva e conjuntamente a produção, a programação e a veiculação dos programas audiovisuais. Tomando como referência três variáveis - “a exibição (operação de *broadcast*), a produção (realização dos programas) e a programação (escolha/edição dos temas relevantes)” (p. 85) – o autor compõe análises combinatórias da “polarização local/global”, chegando a “12 situações típicas presentes nos procedimentos diários da indústria do audiovisual”. Dessas combinações, assumem caráter mais ou menos “legitimamente” regional aquelas que mais diretamente associam-se ao crescimento econômico ou à geração de trabalho numa dada região. Assim, a despeito das mais otimistas perspectivas de maior democratização da produção audiovisual no Brasil, especialmente tendo em vista a nova tecnologia digital, acredita-se que não serão obtidos resultados significativos se os Estados permanecerem distanciados da condução desse processo, como vem ocorrendo. Por ora, o que mais se constatam são diálogos – ainda que muito mais amplos que no passado – entre emissoras de televisão (comerciais e públicas), instâncias do Governo Federal, representantes da sociedade civil e alguns pesquisadores. Pouco ou nada se tem visto sobre o posicionamento dos governadores

universitárias, reunidas na Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU). É interessante observar que há outros canais públicos de televisão não associados às instituições acima referidas. Fonte: Caderno de debates do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Brasília, Minc, 2006.

³ No último dia 26, o Congresso Nacional aprovou o projeto de implantação da Empresa Brasil de Comunicação (EBS), responsável pela rede Nacional de Televisões Educativas e Culturais, a TV Brasil, que passará a contar com 10% dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Fonte: Jornal “O Globo” *online*, de 26 de fevereiro de 2008.

brasileiros acerca da radiodifusão em seus estados. É verdade que cresceu o mercado brasileiro do audiovisual, mas essa prosperidade não se aplica a todas as Unidades da Federação, o que leva a acreditar que, apesar do divórcio cada vez mais definitivo entre economia e território, parece pertinente admitir que uma efetiva regionalização da produção audiovisual deva estar diretamente ligada à territorialidade dos Estados, unidades administrativas autônomas mais próximas do Governo Federal. Se os estados assumirem a “bandeira” da regionalização, tendo à frente governadores empenhados no crescimento da indústria audiovisual como meta econômica, certamente será dado um importante passo em relação à regionalização. Enquanto isso, algumas perguntas permanecem sem respostas: por que os Estados da Federação não desenvolvem políticas próprias para a produção audiovisual? Por que permanece até hoje uma espécie de cultura da nacionalização dessa produção, como se todas as decisões dependessem das ações do Governo Federal, a exemplo da recém implantada TV Brasil? Por que os Governos Estaduais que gerenciam TVs Educativas não estimulam a produção sistemática e abundante de programas (aí, sim, regionais) para compor as grades dessas emissoras? Por que o setor do audiovisual tende a permanecer isolado na esfera administrativa das políticas estaduais de cultura e não se integra a projetos governamentais voltados para o desenvolvimento da economia, da ciência e da tecnologia ou da comunicação? Sem dizer da educação, da saúde, do meio-ambiente, do turismo...

Algumas considerações sobre a produção televisiva na Bahia

Em que pesem algumas ações pontuais em prol da dita regionalização da produção audiovisual e, em especial, televisiva⁴ -, muito pouco tem sido feito para

⁴ Como exemplos de projetos dessa natureza, destacam-se especialmente os empreendidos pelo Ministério da Cultura (Minc) e pela Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS) e, em escala bem mais reduzida, pelo Governo do Estado da Bahia que, em 2003 anunciou a implantação do Pólo de Teledramaturgia da Bahia (Pote). Com relação ao Minc, vale salientar os Programas “DOC TV” (versões nacional e iberoamericana), “Documenta Brasil”, “Revelando Brasil”, a Programadora Brasil, uma distribuidora de filmes nacionais para tvs públicas, além de diversos editais de fomento à criação, produção e/ou finalização de programas audiovisuais. Quanto à RBS, por razões singulares é a única afiliada da TV Globo a apostar na produção local. Desde 2001 promove o Prêmio “Histórias curtas” que, através de concurso, seleciona propostas de produtores independentes, financia grande parte da produção, divulga e veicula os programas vencedores. Já o Pote, apresentou-se menos como efetivo e sistemático centro criador e produtor de ficção televisiva no âmbito de uma política pública, e mais como uma (boa) carta de intenções voltada para a realização de programas ficcionais locais. Dentre as realizações alcançadas ao final de seus quatro anos de vida, estão um ciclo de oficinas de aperfeiçoamento de mão-de-obra em teledramaturgia, 10 programas de televisão com durações variadas (entre 5 e 26 minutos), uma série de cinco interprogramas de ficção e uma radionovela. Foram, porém, propostos muitos outros projetos, roteiros e orçamentos não levados à frente devido a (in)decisões de ordem governamental.

incentivar tal produção nos estados brasileiros. Na Bahia, por exemplo, é muito grande a desproporção entre a realização local e os espaços televisivos ociosos ou em potencial, conforme se pode apreender dos dados gentilmente cedidos pela pesquisadora doutora Suzy Santos (abril, 2007), anexados a este artigo. Segundo a autora, existem atualmente na Bahia 38 outorgas, nem todas licenciadas ou em operação. Dentre as televisões hoje em funcionamento, estão: um canal por assinatura; 12 afiliadas (6 da TV Globo, uma da Band, uma da Record, uma do SBT, uma pública educativa e cultural do Estado, uma da Rede Mulher e uma da Canção Nova); 8 TVs a cabo; 4 MMDS (Multiponto/Multicanal); e cinco TVs por satélite. Nesse universo, 14 são Geradoras, sendo a TVE Bahia - uma televisão pública estadual, ligada ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, o Irdeb - a que mais produz o chamado conteúdo regional.

Considerando-se, hipoteticamente, que cada uma das 14 Estações Geradoras operantes exibisse somente 12 horas diárias de programação⁵, chega-se a um somatório de 5040 horas mensais no Estado da Bahia. Ainda hipoteticamente e para fins do cálculo que aqui se faz, estabeleceu-se um mínimo de 10% de programação regionalizada obrigatória⁶ (independente ou produzida nas próprias televisões), o que totalizam quase 504 horas de produção e veiculação regional. Levando-se em conta que um programa semanal muito simples, com uma hora de duração – a exemplo das mais simples revistas eletrônicas, alguns tipos de documentário e reportagens -, exija uma equipe mínima⁷ constituída por quatro profissionais, chega-se a um montante de 2.016

⁵ Sabendo-se que, em sua maior parte, as Geradoras veiculam 16 a 24 horas diárias. Além da programação dessas, os canais da Net são legalmente obrigados a oferecer espaço para a programação regional, o que simplesmente não ocorre. O cálculo, porém, toma como base a menor duração possível, apenas para que se tenha noção dos “efeitos” da regionalização sobre a programação e o mercado de trabalho audiovisual.

⁶ Considerando-se que mesmo as afiliadas da TV Globo dedicassem espaço para a produção e veiculação de programação regionais nas cidades e áreas onde se localizam.

⁷ Os cálculos para equipes consideram o mínimo para a realização de um documentário ou de uma revista eletrônica muito simples. A equipe ideal para a realização de uma revista eletrônica semanal, por exemplo, deve contar com um jornalista assessorado por pelo menos um pesquisador e dois produtores (executivo e de campo), um apresentador, um músico, um programador visual, um editor, um técnico de som, dois câmeras e um motorista. O cálculo mínimo baseia-se numa produção muito tímida (que geralmente ocorre em programas regionais), para a qual o jornalista acumula as funções de direção, pesquisa, edição, sonorização e apresentação do programa, o produtor também atua como maquiador e produtor de moda, não levando em conta os demais profissionais que geralmente fazem parte de uma equipe considerada profissional. Assim, deve-se considerar que os cálculos de pessoal neste artigo servem apenas para formar um quadro geral de perspectivas mínimas da produção regional audiovisual (independente ou não) em apenas um único estado, tendo a Bahia como referencial.

pessoas⁸, na Bahia, trabalhando diretamente na criação e produção de programas regionais, sem contar as vagas indiretas dos serviços de apoio e sem levar em conta a possibilidade de serem produzidas atrações com maior nível de complexidade ou sofisticação técnica e artística⁹, como seriados de ficção, programas educativos, publicitários e institucionais e filmes. Também não foram computados os espaços que as televisões a cabo devem obrigatoriamente ceder para a produção regional, simplesmente porque não o fazem. No caso da televisão que mais produz regionalmente no Estado da Bahia, a TVE, até dezembro de 2006 contava com os seguintes programas em sua grade¹⁰:

Programas locais*	Produção	Horas semanais	Horas mensais
Soterópolis	TVE	1 hora	4 horas
Especiais TVE	TVE	2 horas	8 horas
Cartão verde	TVE	1:30 hora	6 horas
Brasilerança	TVE	30 min. (programas reprisados)	2 horas
Sua nota é um show	TVE	1 hora (média)	5 horas (média)
Espelho Brasil	TVE	5 min. de matéria local	20 minutos
Música dos mestres	TVE	1 hora	4 horas
TVE memória	TVE	1 hora	4 horas
Sexta baiana	TVE	1 hora (média)	4 horas (média)
Chão e paz	Independente	30 minutos	2 horas
Passaporte	Independente	30 minutos	2 horas
Bahia náutica	Independente	30 minutos	2 horas
Decola	Independente	30 minutos	2 horas
Aprovado	Independente	1 hora	4 horas
Balaio de gato	Independente	30 minutos	2 horas

* Não constam os programas jornalísticos diários (“Economia e política”, “TVE Revista” e “TVE Notícia”) que, juntos, somam cerca de 15 horas semanais.

⁸ Os cálculos não incluem os programas jornalísticos diários atualmente produzidos e veiculados.

⁹ Serviços indiretos ou mais sofisticados, como gráficas, distribuidoras, publicidade, comercialização, cenotecnia, manutenção de equipamentos, iluminação, fotografia, dentre muitos outros. No caso de programas ficcionais, devem-se levar em conta atores, roteiristas, diretores especializados, cenógrafos, figurinistas, maquiadores, cenógrafos, etc.

¹⁰ De acordo com informações do site do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), www.irdeb.ba.gov.br. Acesso em 30 de dezembro de 2006.

A programação regional da TVE Bahia (sem considerar os programas jornalísticos diários) até dezembro de 2006 alcançava 11:35 horas semanais, ou seja, 6,5% de sua programação total (a grade da TVE Bahia possui 24 horas de programação), embora a emissora não contasse, até aquela data, com mais de duas dezenas de profissionais diretamente contratados e não incluísse em seus quadros roteiristas, pesquisadores especializados ou diretores de teledramaturgia, além de outros profissionais do setor. Também as produções independentes não reservam lugar para equipes completas, o que tem resultado numa questionável qualidade técnica, artística e de conteúdo da programação regional, agravada pela grande defasagem profissional, pela não contratação de especialistas e pela eterna falta de recursos financeiros. No entanto, mesmo sem tudo isso, ainda é possível criar, produzir e veicular programas regionais, ainda que sobrecarregando funcionários contratados e oferecendo ao público menos do que merece. Tida como uma das emissoras públicas que mais produz regionalmente, assim mesmo a TVE Bahia distancia-se de outras afiliadas à ABEPEC que, segundo dados que computou, tem na TV Cultura e na TVE Brasil a maior fonte alimentadora da programação das demais emissoras educativas do País (2007). O caso da TVE Bahia é ilustrativo do que ocorre com as demais televisões das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. Ora em defesa da obediência a grades verticalizadas (como são as das emissoras comerciais), ora alegando respeito à grade horizontal (defendida pelas televisões públicas), ora em função da captação de verbas para publicidade nacional ou ora em nome da primazia da qualidade, o fato é que a produção audiovisual brasileira permanece concentrada no Sudeste e parte do Sul do país e as demais regiões encontram-se cada vez mais apartadas da possibilidade de gerar economias audiovisuais próprias. Resta saber como romper esse círculo vicioso.

Algumas proposições práticas para a regionalização (ou os doze trabalhos de Hércules)

Mesmo considerando-se os grandes poderes e interesses em jogo na radiodifusão, aposta-se na viabilidade da regionalização do audiovisual no Brasil e nas possibilidades de superação de alguns percalços que desde sempre têm deixado os Estados da Federação à espera de “Godot”, aqui personificado pelas oscilações e (in)decisões políticas do Governo Federal em relação à política nacional de comunicação e pelos fortes *lobbies* de empresas interessadas em garantir sua primazia

na radiodifusão nacional. Assim, enquanto não se definem (será que um dia serão?) uma Lei Geral para a Radiodifusão, os marcos regulatórios da tecnologia digital, a entrada ou não das operadoras de telefonia na produção de conteúdos, questões relativas ao financiamento da produção e outros temas atualmente em discussão, os governos estaduais há tempos deveriam ter iniciado saltos qualitativos e estratégicos na implantação de políticas públicas voltadas para a indústria audiovisual, criando condições técnicas e econômicas em suas regiões, tais como:

1 – criação de mecanismos de fomento, financiamento ou apoio próprios para a realização de programas de televisão, cinema e novas plataformas digitais, abarcando todas as áreas de interesse público (educação, saúde, integração regional, desenvolvimento social, trabalho e renda, agricultura e pecuária, esportes, justiça e direitos humanos, segurança) além da cultura, da informação e do entretenimento;

2 - atendimento a todos os agentes envolvidos na produção audiovisual dos estados, e não apenas restrito a algumas produtoras ou às televisões educativas e culturais, geralmente ligadas diretamente aos Governos Estaduais (e, por isso mesmo, muitas vezes conhecidas por seus posicionamentos “chapa branca”). Nesse sentido, seriam também incluídas as produtoras independentes e todas as Geradoras de conteúdo, tanto comerciais como públicas, além de fundações e organizações não-governamentais voltadas para a produção audiovisual. Com relação ao cinema, caberia aos estados apoiar e incentivar a distribuição em salas, escolas e outras instituições, além de favorecer a veiculação de filmes nas televisões;

3 - estímulo à criação de novos conteúdos programáticos e à experimentação, especialmente através de medidas democráticas de seleção, como editais, *pitchings* e *screenings* públicos;

4 – planejamento da programação, de modo a inibir clientelismos e favorecimentos políticos;

5 – contratação sistemática de pesquisas de mercado e de audiência, de modo que seja possível obter resultados junto ao público, ao tempo em que abre-se oportunidade para análise da qualidade da programação pelas equipes de criação e produção;

6 – contemplação de todos os municípios do estado, e não apenas das regiões metropolitanas, geralmente privilegiadas em relação às demais;

7 - cobrança de resultados dos programas apoiados ou financiados através de leis ou patrocínios como forma de garantir o interesse público. Afinal, criadores e produtores

não podem orientar-se exclusivamente por uma satisfação narcísica, mas estão obrigados a manterem-se atentos à natureza pública das concessões audiovisuais;

8 - criação de centros de negócios de produtos audiovisuais voltados para os mercados interno e externo, estimulando, ainda, co-produções e parcerias com outros estados e países;

9 – abertura de novos marcos jurídicos na legislação trabalhista, especialmente em relação às empresas públicas de produção audiovisual, com o objetivo de acompanhar o ritmo e as especificidades do trabalho em cinema e televisão (como contratos por obra certa, jornadas diferenciadas e flexibilidade em relação ao local de trabalho);

10 - revisão e adequação à realidade audiovisual dos concursos públicos para contratação e remuneração de profissionais e técnicos do setor, assim como a criação de bancos de currículos e de serviços;

11 – investimento em pesquisas tecnológicas, incentivo à implantação de empresas de equipamentos de audiovisual e de informática e facilitação para a importação de equipamentos;

12 - investimento em atualização e formação profissional, através da criação de cursos técnicos, oficinas e até mesmo escolas públicas de audiovisual de formação (câmeras, maquinistas, centotécnicos, diretores, roteiristas, músicos, produtores, editores, apresentadores, dentre outros profissionais).

Reflexões finais

A permanecerem à espera de decisões do Governo Federal e dos agentes interessados no mercado audiovisual sem que efetivamente se posicionem em relação à produção de televisão, cinema e outras mídias, os Governadores abrem mão de participar e orientar o crescimento econômico de seus estados num setor cada vez mais próspero e estratégico. Correm o risco, ainda, de simplesmente não preparem seus estados para tal produção, ampliando ainda mais a defasagem já existente entre as regiões. Não se trata, aqui, de defender a volta do Estado agente centralizador da esfera produtiva, mas de alertar para a supreendente inexistência de políticas públicas estaduais voltadas para a comunicação, em especial para o mercado audiovisual, tais como as de saúde, da educação, dentre tantas.

Finalmente, é preciso dissolver o preconceito que ainda prevalece em relação à televisão, inclusive por seu imenso potencial criativo e de absorção de mão-de-obra. Após 50 anos de produção continuada, experimentações e inovações, contando com a

participação de grandes autores, atores, diretores, a televisão ainda é desprezada como linguagem, como conteúdo, como qualidade. Ainda é o cinema o grande achado de alguns acadêmicos, artistas e produtores. Acredita-se, porém, que também (ou ainda mais) a televisão permita quebrar uma consolidada forma de produção monopolista, segregada e excludente. Ou Norte, Nordeste e Centro-Oeste comecem a produzir e a trocar sua programação, ou passarão, definitivamente, à posição de vagões de carga puxados por motoneiros do Sul e do Sudeste do país. Chauvinismos à parte, vale reafirmar que é preciso levar a televisão e seu respectivo direito de produzi-la regionalmente a sério, sob o risco de vermos institucionalizado e consolidado nosso *apartheid* audiovisual. E, então, nem mesmo a sorte poderá ser lançada.

Anexo: Estrutura dos meios de comunicação na Bahia

SERVIÇO	EMISSORAS		CIDADE
	Razão Social	Nome Fantasia (Afiliação)	
Especial de Televisão por Assinatura	Televisão Salvador LTDA	TV Salvador	Salvador
Radiodifusão de sons e imagens (Geradoras de TV)	Televisão do Oeste Baiano LTDA	TV Oeste (Globo)	Barreiras
	TV Subaé LTDA	TV Subaé (Globo)	Feira de Santana
	Televisão Santa Cruz LTDA	TV Santa Cruz (Globo)	Itabuna
	TV Cabrália LTDA	TV Cabrália (Rede Mulher)	Itabuna
	Televisão Norte Baiano LTDA	TV São Francisco (Globo)	Juazeiro
	Fundação Fundesul	Não licenciada (Não instalada)	Porto Seguro
	Televisão Diamante LTDA	Não licenciada (Não instalada)	Salvador
	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB	TVE Bahia (TVE/TV Cultura)	Salvador
	Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia LTDA	Band Bahia (Band)	Salvador
	Televisão Bahia LTDA	TV Bahia (Globo)	Salvador
	Televisão Itapoan Sociedade Anônima	TV Itapoan (Record)	Salvador
	TV Aratu S/A	TV Aratu (SBT)	Salvador
	Televisão Sul Bahia de Teixeira de Freitas S/A	TV Nova (Canção Nova)	Teixeira de Freitas
	Televisão Conquista LTDA	TV Sudoeste/TV Conquista (Globo)	Vitória da Conquista
	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB	Não licenciada (Não instalada)	Vitória da Conquista
		RTVC Camaçari LTDA	TV Litorânea (www.tvlitoranea.com.br)
Cable Bahia LTDA		NET (http://nettv.globo.com)	Feira de Santana

TVs a cabo	Cable Com Telecomunicações LTDA	TV Cabo Ilhéus	Ilheus
	Cable.Com Telecomunicações LTDA	TV Cabo Itabuna	Itabuna
	RCA Company de Telecomunicações LTDA	RCA (www.itaperuna.com.br/rca/contato.html)	Lauro de Freitas
	Cable.Com Telecomunicações LTDA	TV Cabo Porto Seguro	Porto Seguro
	Cable Bahia LTDA	NET (http://nettv.globo.com)	Salvador
	TBL – Telecomunicações Bonfinense LTDA	TBL (www.redebonfim.com.br/tbl/pct_master.php)	Senhor do Bonfim
Espec. Distrib. Sinais Multiponto/Multi canal (MMDS)	MMDS Bahia LTDA	NET (http://nettv.globo.com)	Feira de Santana
	MMDS Bahia LTDA	NET (http://nettv.globo.com)	Itabuna
	MMDS Bahia LTDA	NET (http://nettv.globo.com)	Salvador
	MMDS Bahia LTDA	NET (www.nettv.globo.com)	Vitória da Conquista
DTH (Direct to Home. TVs por satélite)	DTCOM Direct to Company S/A	DTCOM (www.dtcom.com.br) Usa a outorga para oferecer ensino a distancia	Brasil
	DTH Interactive Telecomunicações LTDA	Astral Sat (www.astralsat.tv.br)	Brasil
	Galaxy Brasil LTDA	DIRECTTV (www.directtv.com.br)	Brasil
	Rádio e Televisão Modelo Paulista LTDA	Em instalação	Brasil
	Radio e Televisão Record S/A	Rede Record (Tem a licença mas nunca entrou em operação)	Brasil
	Radio TV do Amazonas LTDA	Rede Amazônica (Tem a licença mas não entrou em operação)	Brasil
	SKY Brasil Serviços LTDA	SKY (www.sky.com.br)	Brasil
	Star Sat Comunicações S/A.	Não entrou em operação	Brasil
	Tectelcom	TECSAT	Brasil

	Técnica em Telecomunicações LTDA	(www.tecsat.com.br)	
--	--	---------------------	--

Fonte: SANTOS, Suzy. **Banco de dados**. Estrutura dos meios de comunicação no Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

Referências

CAPPARELLI, Sérgio e SANTOS, Suzy. **Convergência das comunicações: dúvidas democráticas no cenário brasileiro** In: Comunicação Social e Ética: Colóquio Brasil-Itália. 1 ed. São Paulo : Intercom, 2005, v.1, p. 336-355.

MINC. **I Fórum de Televisões Públicas. Caderno de debates I**. Brasília, 2006.

SANTOS, Suzy. **O dono do mundo: o Estado como proprietário de televisão no Brasil** In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. **Anais do Congresso Intercom 2005**. Rio de Janeiro: Intercom/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

SIMÕES, Cassiano. **Globalização e regionalização da televisão brasileira: uma proposta para a economia política da publicidade e propaganda**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Mimeo. Salvador, Bahia, 2004.

SYDENSTRICKER, Iara. **Apontamentos em defesa da criação de políticas públicas estaduais de radiodifusão. Pela regionalização da produção televisiva: o caso da TVE Bahia**. Mimeo. Irdeb, Salvador, Bahia, dez. 2006.